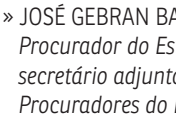


A Amazônia não pode esperar pelo fogo



» ALDENOR DE SOUZA RABELO
Procurador do Estado do Amazonas e presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas



» JOSÉ GEBRAN BATOKI CHAD
Procurador do Estado do Amazonas e secretário adjunto da Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas

Todos os anos, a fumaça volta a encobrir o céu do Amazonas. Sufoca a população, ameaça a saúde e anuncia a destruição de um dos maiores patrimônios naturais do planeta: a Floresta Amazônica. O que deveria provocar indignação permanente, entretanto, corre o risco de se tornar parte da rotina. O combate às queimadas não pode começar apenas quando o fogo aparece. A Constituição Federal impõe ao poder público, em todas as esferas, o dever de proteger o meio ambiente, prevenir a degradação e responsabilizar aqueles que o destroem. O fogo se combate no campo, mas a prevenção começa muito antes: no planejamento, na fiscalização, na estruturação dos órgãos ambientais e na execução de políticas públicas juridicamente sólidas. É nesse trabalho, muitas vezes invisível à população, que a Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM) exerce papel fundamental.

A procuradoria é responsável pela representação judicial e pela consultoria jurídica do Estado. Na área ambiental, a atuação contribui para assegurar que as decisões administrativas respeitem a Constituição, tenham segurança jurídica e estejam comprometidas com a proteção da natureza e da população. Esse trabalho compreende a atuação em processos judiciais, a defesa jurídica das instituições ambientais, como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), e a orientação jurídica das políticas desenvolvidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), pelo Corpo de Bombeiros, pela Polícia Militar e pelos demais órgãos estaduais. Também alcança questões relacionadas ao desmatamento, à recuperação de áreas degradadas, à regularização fundiária, à proteção de unidades de conservação e ao desenvolvimento sustentável. A PGE não substitui os órgãos responsáveis pela fiscalização ou pelo combate ao fogo. A missão é assegurar o suporte jurídico necessário para que essas instituições atuem de forma coordenada, eficiente e dentro da legalidade. Mas há uma dimensão ainda mais importante nessa atuação: a continuidade das políticas públicas. Governos passam. A floresta permanece — ou deveria permanecer. A proteção dela não pode obedecer o calendário eleitoral, tampouco depender da urgência provocada pela fumaça. Exige políticas de Estado, compromissos duradouros e instituições capazes de assegurar a continuidade. É precisamente essa a essência da Advocacia Pública de Estado, e não de governo: defender o

interesse público para além das circunstâncias políticas e das mudanças de gestão. Para cumprir essa missão, é indispensável assegurar às procuradorias autonomia administrativa e financeira, permitindo-lhes gerir recursos, estruturar quadros e planejar atividades com independência institucional. Trata-se de uma garantia essencial para que a defesa do interesse público não fique subordinada às conveniências políticas de cada governo. Igualmente essencial é preservar a unicidade da representação judicial e da consultoria jurídica do Estado, conforme o artigo 132 da Constituição Federal. A existência de estruturas jurídicas paralelas enfraquece a unidade de orientação, fragmenta responsabilidades e compromete a segurança jurídica das políticas públicas. Uma procuradoria autônoma, estruturada e fortalecida representa a garantia de um Estado mais eficiente, de políticas públicas duradouras e de uma Amazônia efetivamente protegida. Mas a responsabilidade não se esgota na atuação jurídica. É indispensável intensificar a fiscalização ambiental, combater a grilagem de terras, promover atividades econômicas sustentáveis, estruturar os órgãos de proteção e responsabilizar tanto aqueles que destroem nosso patrimônio natural quanto os agentes públicos, que, tendo o dever de protegê-lo, se omitem no cumprimento de seus deveres legais. Afinal, proteger a Amazônia exige mais do que combater as chamas. Exige impedir que a omissão se torne rotina e que a fumaça seja, todos os anos, o único aviso de que a floresta precisa ser defendida.



A tesoura de Flávio Bolsonaro: quem vai sentir o corte?



» RODRIGO SPADA
Auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo e presidente da Febrafite (Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais)

Flávio Bolsonaro importou da Argentina de Javier Milei uma tesoura que, segundo ele, vai cortar R\$ 250 bilhões de gastos do governo federal. O que ainda não se sabe é para onde o candidato, caso eleito, pretende apontá-la. Se o caminho for o mesmo de Milei, que inspira a política econômica de Flávio, a estrutura de proteção social do Estado brasileiro está em risco. A cifra apareceu nas discussões de sua equipe econômica, mas ainda não foi acompanhada de uma explicação convincente sobre sua execução. Flávio nega que pretenda atingir benefícios sociais ou retirar recursos da saúde e da educação. Resta saber como produzir uma economia dessa dimensão sem afetar serviços essenciais, especialmente num orçamento em que boa parte das despesas já tem destinação obrigatória. Ninguém discute que o Brasil precisa cuidar de suas contas. Desperdícios devem ser combatidos, estruturas precisam ser aperfeiçoadas e o dinheiro público deve ser gasto com responsabilidade. Mas há uma diferença considerável entre administrar melhor o Estado e simplesmente reduzir sua capacidade de atuação. Um corte pode melhorar uma planilha e, ao mesmo tempo, produzir um prejuízo muito maior para a sociedade. Há, aliás, uma conta bilionária que costuma ficar longe das tesouras. Segundo levantamento

da Unafisco Nacional, os benefícios tributários devem ultrapassar R\$ 900 bilhões em 2026. Desse total, cerca de R\$ 618 bilhões são classificados pela entidade como privilégios fiscais, por não apresentarem contrapartidas econômicas ou sociais adequadamente comprovadas. É evidente que nem toda isenção constitui privilégio. Há incentivos necessários ao desenvolvimento, à geração de empregos e à redução das desigualdades. Mas há também benefícios que atravessam governos sem avaliações consistentes sobre seus resultados. Por que não começar por eles? Por que o orçamento de um hospital ou de uma universidade precisa justificar cada centavo, enquanto vantagens tributárias bilionárias nem sempre enfrentam o mesmo escrutínio? E há uma contradição adicional nessa história. Para enfrentar privilégios fiscais, combater a sonegação e melhorar a arrecadação, o Brasil precisa de estruturas de fiscalização fortes. Mas o exemplo argentino, que serve de inspiração a Flávio Bolsonaro, aponta para outra direção. Em outubro de 2024, Javier Milei dissolveu a Administração Federal de Receitas Públicas (AFIP), equivalente à Receita Federal brasileira, e criou em seu lugar a Agência de Arrecadação e Controle Aduaneiro (ARCA). A reforma foi anunciada com a previsão de desligamento de 3.155 funcionários, redução de 45% dos cargos superiores e eliminação de gratificações de dirigentes. Era mais um capítulo da política de cortes que ficou conhecida como “motosserra”. O caso argentino traz uma pergunta incômoda para o debate brasileiro: como enfrentar a sonegação e rever privilégios tributários sem preservar a capacidade do Estado de fiscalizar? Afinal, não basta querer arrecadar melhor. É preciso ter quem fiscalize, investigue e cobre os tributos devidos.

Nós, que representamos servidores públicos, conhecemos as limitações e os problemas da administração brasileira. Não defendemos desperdícios, estruturas ineficientes ou privilégios corporativos. Defendemos um Estado eficiente. E sabemos, pela experiência de quem acompanha diariamente a execução das políticas públicas, o que acontece quando faltam profissionais, equipamentos e recursos. O resultado aparece nas filas do SUS, nas escolas sem estrutura, na fiscalização insuficiente, na demora para conceder benefícios e na dificuldade de levar serviços aos municípios mais distantes. Cortar recursos pode ser uma decisão tomada em Brasília, mas suas consequências são sentidas muito longe dos gabinetes. É preciso também abandonar a ideia de que o serviço público existe apenas para consumir recursos. Uma fiscalização eficiente combate a sonegação e protege a arrecadação. A vigilância sanitária evita doenças e prejuízos. A educação forma profissionais. A pesquisa pública produz conhecimento e tecnologia. Há despesas que representam investimentos na capacidade do próprio país de crescer e prosperar. O debate sobre os R\$ 250 bilhões, portanto, não pode ficar restrito à promessa de um número vistoso. É preciso saber de onde sairão os recursos, quais atividades serão atingidas e quem suportará as consequências. Também é necessário discutir as renúncias fiscais, os subsídios e as distorções que recebem muito menos atenção do que os gastos com serviços públicos. O Brasil precisa de responsabilidade fiscal, mas não pode confundi-la com o desmonte de sua estrutura de proteção social. A tesoura pode até ser útil para eliminar desperdícios e privilégios. O que não podemos admitir é que ela encontre sempre o mesmo destino: os serviços de que a população mais precisa.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O que as guerras nos tiraram

Existe um exercício incômodo, mas necessário: imaginar o mundo de hoje se 1914 e 1939 tivessem sido apenas anos comuns no calendário. A história não admite certezas sobre o que não aconteceu, e qualquer cenário alternativo é, por definição, especulação. Mas a especulação baseada em fatos serve para medir o tamanho da perda.

Números já nos dizem

A Primeira Guerra Mundial deixou de 9 a 10 milhões de militares mortos e aproximadamente 20 milhões de feridos, além de milhões de civis vitimados pela fome, pelas deportações e pelas doenças. Foi a primeira guerra industrial em escala planetária, em que a metralhadora, a artilharia pesada e o gás venenoso transformaram jovens em estatística. O continente que se julgava o centro da civilização descobriu que a técnica sem freios morais produzia barbárie. A Segunda Guerra superou esse horror. Estima-se que entre 70 e 85 milhões de pessoas morreram, algo em torno de 3% da população mundial da época, a maioria civis. Nesse total, estão os cerca de 6 milhões de judeus assassinados no Holocausto, os milhões de soviéticos e chineses mortos em combate, em cercos e em massacres, e as centenas de milhares de vítimas das bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki. Cidades inteiras, como Varsóvia, Dresden, Stalingrado e Nanquim, foram reduzidas a escombros. Pela primeira vez, a humanidade criou meios de destruir a si mesma.

Um mundo sem 1914

Se a Primeira Guerra não tivesse ocorrido, é plausível supor que os impérios europeus ainda existissem por mais tempo, ao menos em formas transformadas. O Império Austro-Húngaro, o Otomano e o Russo enfrentavam tensões internas profundas, e é razoável imaginar reformas graduais, e não o colapso violento que de fato ocorreu. Sem a guerra, a Revolução Russa de 1917 talvez não tivesse acontecido do modo como aconteceu, já que foi o desgaste do conflito que minou o regime czarista. Sem ela, não haveria União Soviética, e a Guerra Fria, tal como a conhecemos, perderia sua principal origem. O Tratado de Versalhes, que humilhou a Alemanha e impôs reparações pesadas, também não existiria. Muitos historiadores veem nele um dos fatores que alimentaram o ressentimento alemão, a hiperinflação de 1923, a instabilidade da República de Weimar e, por fim, a ascensão de Hitler. Sem a Grande Guerra, o caminho que levou ao nazismo teria sido muito menos provável.

Um mundo sem 1939

Imagine-se agora o que teria sido preservado: dezenas de milhões de vidas e, com elas, as famílias que nunca nasceram, os cientistas, artistas, professores e trabalhadores que jamais produziram o que poderiam ter produzido. Há também o capital material. Entre 1914 e 1945, as economias europeias e asiáticas consumiram recursos colossais em armamentos, destruição e reconstrução. O dinheiro gasto em canhões, navios e bombardeiros poderia ter financiado escolas, hospitais, ferrovias e pesquisa. A reconstrução do pós-guerra, simbolizada pelo Plano Marshall, exigiu bilhões de dólares apenas para devolver ao continente o que ele já possuía. Um mundo sem as guerras teria partido de uma base muito mais elevada de desenvolvimento.

O argumento do progresso

Costuma-se objetar que as guerras aceleraram o progresso tecnológico: o radar, a produção em massa da penicilina, os motores a jato, os primeiros computadores e a energia nuclear nasceram ou amadureceram sob a pressão do conflito. O argumento é real, mas enganoso. Que a guerra tenha concentrado esforços e recursos não prova que o mesmo avanço fosse impossível em tempos de paz. Prova apenas que as sociedades só mobilizam o melhor de si diante da ameaça de aniquilação, uma escolha trágica, não uma necessidade. A penicilina foi descoberta em 1928, em tempo de paz, e a física nuclear já avançava nos laboratórios europeus antes de qualquer bomba.

O mapa redesenhado

A divisão da Alemanha, a Guerra Fria, a corrida armamentista e a criação do Estado de Israel em meio ao trauma do Holocausto, com os conflitos que se seguiram no Oriente Médio, são desdobramentos diretos do que ocorreu entre 1914 e 1945. Mesmo o arsenal nuclear que hoje paira sobre a humanidade é herança dessa época.

A lição deixada

É essa a verdadeira lição. Num momento em que o mundo volta a assistir a guerras em solo europeu, a corridas armamentistas e à ascensão de discursos de ódio, lembrar o que as duas guerras mundiais custaram deixa de ser exercício acadêmico e passa a ser um dever cívico. A paz não é o estado natural das sociedades. É uma conquista frágil, que exige diplomacia, memória e vigilância permanentes. O século 20 já nos mostrou, com 100 milhões de mortos, o que acontece quando esquecemos isso.

» A frase que foi pronunciada

“Os guerreiros mais fortes de todos são estes dois: o tempo e a paciência.”

Liev Tolstói

» História de Brasília

A propósito de notícias publicadas nesta coluna, queremos informar as professoras que uma verba quando é liberada não é paga no mesmo dia. Vai ao Tribunal de Contas, vai à Divisão de Orçamento, vai ao Contencioso e, finalmente, chega à Pagadoria. (Publicada em 26/5/1962)